

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**POBREZA E DESIGUALDADE NO CEARÁ**

**JACQUELINE NOGUEIRA CAMBOTA**

**FORTALEZA, SETEMBRO, 2002**

**POBREZA E DESIGUALDADE NO CEARÁ**

**JACQUELINE NOGUEIRA CAMBOTA**

**Orientador: EMERSON MARINHO**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, e Contabilidade, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**FORTALEZA - CE  
2002**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

---

Jacqueline Nogueira Cambota

---

Prof. Emerson Marinho  
Prof. Orientador

---

Prof. Flávio Ataliba  
Membro da Banca Examinadora

---

Prof. Ronaldo Arraes  
Membro da Banca Examinadora

## RESUMO

A erradicação da pobreza é um dos grandes desafios do Brasil e este desafio se torna ainda maior para os Estados do Nordeste, região que abriga o maior número de pobres do país. Neste sentido, o trabalho pretende mensurar a pobreza e a indigência no Estado do Ceará, no período de 1992 a 1999, e depois classificar os pobres por cor, raça e escolaridade. Além disso, pretende-se verificar se a pobreza no Ceará é causada por falta de recursos ou má distribuição dos recursos. A mensuração da pobreza e da indigência foi feita através da construção das linhas de pobreza e indigência, respectivamente. A construção dessas linhas baseou-se nos dados das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) do IBGE. Verificou-se que entre 1993 e 1995 houve uma significativa queda no número de pobres e indigentes. Essa queda da pobreza e indigência nesse período é explicada pela adoção do Plano Real, que permitiu a queda da inflação e com isso o aumento do salário mínimo em termos reais. Esses efeitos benéficos do Plano Real foram empiricamente comprovados quando se mostra econometricamente que tanto a queda na inflação como o aumento do salário mínimo real influenciam na redução do número de pobres. Contudo, a partir de 1996 a pobreza se estabiliza, o que parece indicar o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. A distribuição da pobreza por escolaridade, cor e gênero mostrou que a maior parte dos pobres do Ceará apresenta baixa escolaridade, são pardos e do sexo feminino tanto para a zona urbana como para zona rural. Vê-se através das relações PIB per capita/linha de indigência e PIB per capita/linha de pobreza que a renda per capita do Ceará é bem superior aos valores definidos para as linhas de pobreza e indigência. Neste sentido, pode-se associar a persistência da pobreza à péssima distribuição da renda que é reforçada quando se analisa a trajetória do coeficiente de GINI e a apropriação da renda por quintis.

**SUMÁRIO**

AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iii
SUMÁRIO .....	iv
LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.....	v
INTRODUÇÃO .....	1
1. POBREZA – CONCEITOS E MEDIDAS.....	3
1.1 POBREZA E INDIGÊNCIA .....	4
1.1.1 <i>Pobreza na Perspectiva de Amartya Sen</i> .....	5
1.1 POBREZA ABSOLUTA E POBREZA RELATIVA .....	6
1.2 LINHA DE POBREZA E LINHA DE INDIGÊNCIA .....	7
2. MENSURAÇÃO DA POBREZA.....	9
2.1 MENSURAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DO CEARÁ .....	10
3.1 POBREZA POR ESCOLARIDADE.....	16
3.2 POBREZA POR COR.....	17
3.3 POBREZA POR GÊNERO.....	18
4. DETERMINANTES DA POBREZA.....	21
4.1 ESCASSEZ DE RECURSOS.....	21
4.2 DESIGUALDADE DE RENDA.....	23
CONCLUSÃO .....	26

**LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS**

QUADRO 1 - Ração Essencial Mínima para o Estado do Ceará.....	8
TABELA 1 - Valores das linhas de Pobreza e Indigência para o Estado do Ceará – 1992 a 1999- Valores em R\$ .....	10
TABELA 2 – Linhas de Pobreza e de Indigência para o Estado do Ceará, no período de 1992 a 1999.....	11
TABELA 3 – Resultados Regressão 1.....	13
TABELA 4 – Resultado Regressão 2 .....	15
TABELA 5 – Classificação da Pobreza, nas Zonas Urbana e Rural, por Anos de Estudo para o Ano de 1999.....	16
TABELA 6– Classificação da População Pobre segundo a cor nas Zonas Urbana e Rural, no Período de 1992 a 1999.....	18
TABELA 7 – Classificação da Pobreza por Gênero nas Zonas Urbana e Rural, no Período de 1992 a 1999 .....	19
TABELA 8 – Evolução do PIB em múltiplos das linhas de indigência e de pobreza .....	21
TABELA 9 – O Custo para Erradicar a Miséria por Mesorregião 1996 - 1999 .....	22
TABELA 10 - Evolução Temporal da Apropriação da Renda por Quintis.....	24

## INTRODUÇÃO

A pobreza representa condições sociais e humanas inaceitáveis para qualquer sociedade e, por isso, a sua erradicação é um dos grandes desafios do século XXI. A questão de como definir a pobreza de maneira adequada ainda não está resolvida, pois se considera que não há uma maneira universal de fazê-lo, aplicável às diferentes realidades no tempo e no espaço.

BARROS et al (2001, p. 2) ao definir a pobreza mostra a complexidade de sua conceituação:

*“A pobreza, não pode ser definida de uma forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”.*

A pobreza pode ser tratada de forma absoluta ou relativa. A pobreza na forma absoluta considera como pobre aqueles indivíduos que não conseguem satisfazer as necessidades básicas, tais como alimentação, habitação, moradia, entre outras. Já a pobreza na forma relativa compara o padrão de vida de um indivíduo ao padrão médio da sociedade em que ele vive, para definir se ele é pobre ou não.

Neste trabalho será considerada a pobreza na sua dimensão absoluta, ou seja, de insuficiência de renda para satisfazer às necessidades mais básicas de um indivíduo. Nesse sentido, a pobreza responde a dois determinantes imediatos: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes. O trabalho pretende estabelecer a magnitude da pobreza no Ceará e as relações causais desses dois determinantes, procurando verificar qual deles têm um peso maior na explicação da pobreza no Estado. Além disso, pretende-se classificar os indivíduos pobres pela cor, gênero e escolaridade.

Nossa hipótese central é que a pobreza no Estado é causada principalmente pela má distribuição dos recursos, visto que o Ceará, nos últimos anos, apresentou taxas de crescimento superiores a do Brasil. Para termos uma idéia, no período de 1985 a 1999, a taxa

média anual de crescimento do PIB do Ceará foi de 3,3%, enquanto o Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,1% (IBGE).

A mensuração da pobreza e da indigência, que é um subconjunto da população pobre, será feita com base nos dados obtidos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do IBGE, no período de 1992 a 1999. Assim, com base nesses dados, poderemos construir as linhas de pobreza e de indigência, que pretendem ser os parâmetros que permitem, a uma sociedade específica, considerar como pobres e indigentes os indivíduos que se encontrem abaixo de seus valores.

O valor da linha de pobreza é dado pelo custo monetário atribuído às necessidades básicas de um indivíduo. A linha de indigência é o valor monetário de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple às necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. Neste sentido, não leva em consideração outras necessidades.



## 1. POBREZA – CONCEITOS E MEDIDAS

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Assim, ABRANCHES (1986, p. 30) considera a pobreza como sendo:

*“Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalidade no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar social”.*

A pobreza é filha do subdesenvolvimento, mas não é qualquer forma de desenvolvimento que a faz desaparecer. Na verdade, um estilo de crescimento que mantenha as pautas da exclusão social, econômica e política pode tornar-se seu padrasto. O padrão de desenvolvimento das últimas décadas consolidou focos estruturalmente duros de pobreza, que são de difícil erradicação. Nesse sentido, torna-se relevante para a redução da pobreza um desenvolvimento com justiça social, pois desenvolvimento não é só crescimento do produto, mas sim melhoria no bem-estar da população, direito à cidadania e igualdade de oportunidades. É esse tipo de desenvolvimento que pode reduzir o elevado número de pobres do nosso país.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é uma medida de bem-estar, mostra que a população brasileira alcançou uma melhora na sua qualidade de vida. Informações do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) mostram que o IDH brasileiro passou da 75ª posição, em 1999, para 72ª, em 2000. O IDH é uma medida mais ampla, pois ele considera a longevidade, educação e renda da população dos países.

Desse modo, a melhor posição do Brasil pode ser explicada pela melhora nos seguintes indicadores divulgados pelo censo 2000: a expectativa de vida passou de 67,5 anos para 67,7 anos, o índice de adultos alfabetizados passou de 84,9% para 85,2%, o PIB per capita passou de US\$7.037,00 para US\$7.625,00.

Além da melhora em vários indicadores sociais, o Brasil conseguiu reduzir a pobreza. Segundo relatório preparado pelo Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a proporção de pobres no Brasil caiu de 44%, em 1990, para 32%, em 2000. O relatório informa também que numa lista de países latino-americanos o Brasil foi o que apresentou a maior redução da pobreza. Isso mostra que apesar de o Brasil ainda registrar níveis inaceitáveis de miséria, o país conseguiu reduzir significativamente o número de pobres.

Apesar destas conquistas o Brasil ainda não conseguiu melhorar a distribuição de renda, que é o principal meio de combater a pobreza. O relatório do PNUD de 2001 mostra que o índice de GINI do Brasil (índice que mede a concentração de renda) era de 0,591. No relatório de 2002 esse índice aumenta para 0,607. O PNUD divulgou dados para 116 países e apenas Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia, paupérrimos países africanos, tiveram renda mais concentrada que o Brasil.

### **1.1 Pobreza e Indigência**

A pobreza e a indigência estão fortemente interrelacionados, pois a população indigente é um subconjunto da população pobre. Indigentes são os indivíduos, cujos rendimentos são suficientes apenas para comprar os alimentos mínimos necessários a sobrevivência. Estas pessoas só conseguem sobreviver porque suas rendas são complementadas com esmolas, na zona urbana, ou com algum tipo de cultura de subsistência, na zona rural.

A indigência é um fenômeno social determinado, em seu conjunto, pela combinação entre uma relativa escassez da oferta de bens básicos, como alimentos, com uma insuficiente ou nula remuneração da capacidade individual de trabalho. Amartya Sen apud revista Veja (nº1735, 2002) afirma que alguns países conhecem a fome como resultado da ausência de alimentos, em outros, ela é resultado da falta de dinheiro por parte de uma fatia da população. No Brasil, um dos maiores produtores mundiais de alimentos, o segundo componente apresenta um maior poder explicativo que o primeiro. Portanto, a erradicação da miséria brasileira requer uma significativa modificação na remuneração mínima do trabalho e no volume da oferta de empregos.

Já a pobreza é definida por SANDRONI (2001, p. 476) como:

*“Estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. O problema está ligado à capacidade produtiva da sociedade, embora atinja até mesmo camadas sociais marginalizadas de países altamente desenvolvidos”.*

### **1.1.1 Pobreza na Perspectiva de Amartya Sen**

Amartya Sen, prêmio nobel em economia por ter devolvido a dimensão ética ao debate de problemas econômicos vitais, foi além da matemática para aplicar uma visão social inovadora, mais real e humana. O trabalho árduo de anos o ajudou a descobrir as múltiplas dimensões da pobreza.

De acordo com Sen (2001), a pobreza é um mundo complexo e complicado que requer uma análise clara para descobrir todas as suas dimensões. Para ele, os seres humanos são fundamentalmente diversos, por isso não se pode construir uma linha de pobreza e aplicá-la a todo mundo por igual sem levar em conta as características e circunstâncias pessoais.

Para Sen apud QUESADO (2001), ser pobre não significa viver abaixo de uma linha imaginária de pobreza com, por exemplo, um rendimento de \$2 por dia ou menos, mas sim ter um nível de rendimento insuficiente para desenvolver determinadas funções básicas, levando-se em consideração circunstâncias e requerimentos sociais do ambiente. Existem fatores geográficos, biológicos e sociais que aumentam ou diminuem o impacto do rendimento em cada indivíduo. Entre os menos favorecidos existem elementos geralmente ausentes, tais como educação, acesso a terra, saúde e longevidade, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e outros recursos produtivos, voz nas instituições e acesso às oportunidades.

Sen apud QUESADO (2001) recomenda que além de medir a pobreza pelo nível de rendimento que os indivíduos recebem deve-se calcular também o que esses indivíduos conseguem fazer para desenvolver-se, levando-se em conta que os resultados do rendimento variam de um indivíduo para outro e de um lugar para outro. Pois se não fosse dessa maneira não se poderia explicar a existência de bolsões de pobreza nos países ricos entre pessoas de

rendimento médio. Por exemplo, em alguns bairros dos Estados Unidos, o baixo nível de educação, os serviços precários de saúde, a falta de assistência de serviços sociais e a ameaça do crime violento, fazem com que pessoas de rendimentos aceitáveis vivendo em uma sociedade rica tenham condições de vida comparáveis a de muitos pobres do resto do mundo. Portanto, para Sen (2001), a análise da pobreza deve focar com mais atenção as possibilidades que um indivíduo tem de sobreviver do que os resultados que ele obtém desta sobrevivência.

### 1.1 Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa

Costuma-se distinguir dois conceitos de pobreza: pobreza absoluta e pobreza relativa. O primeiro conceito envolve a noção do mínimo necessário a subsistência de um indivíduo, o que corresponde aos gastos com alimentação, saúde, transporte, moradia, vestuário, entre outros. Já o conceito de pobreza relativa compara a situação de um indivíduo com o padrão médio da sociedade em que ele está inserido. Desse modo, o conceito de pobreza relativa possui grande semelhança com o conceito de desigualdade.

Por outro lado, a independência que o conceito de pobreza absoluta aparenta ter em relação às condições médias de vida da sociedade é algo artificial, pois os itens indispensáveis à sobrevivência variam com tais condições<sup>1</sup>. Ou seja, alguns itens que hoje são indispensáveis a uma determinada sociedade podem não tê-lo sido no passado.

Admitindo-se que o conceito de pobreza, mesmo o de pobreza absoluta, dependa do nível médio de renda, torna-se necessário esclarecer a relação (e as diferenças) entre este conceito e o de desigualdade na distribuição de renda. Uma das maneiras de fazer isso é desdobrar o conceito de pobreza, reconhecendo que ele envolve ao mesmo tempo características de subsistência e de distribuição de renda. O problema da desigualdade parece ser um fenômeno mais importante do que o da pobreza, uma vez que fica clara a injustiça do sistema ao permitir a convivência da abundância e da penúria. Para MATA (1970, p. 108), o combate à pobreza envolve a redução da desigualdade por duas razões:

---

<sup>1</sup> Adam Smith (1789), embora estudando outro assunto, a tributação, fala de tais condições de forma bastante clara, dando exemplo de itens que entrariam ou não – dependendo da situação social que se estivesse analisando – numa lista de bens necessários.

- (1) *“Partindo-se de um conceito relativo de pobreza, a redução desta pressupõe uma progressiva redistribuição de renda”;*
- (2) *“Políticas que visem apenas a população pobre são sempre de difícil implementação, além de se basearem em princípios paternalistas que possivelmente não lançam bases sólidas para o aumento da renda permanente dos beneficiados”.*

Em seu sentido relativo, a pobreza é um fenômeno universal, observável em todas as sociedades contemporâneas, independente de seu regime econômico social, inclusive as de mais alto nível de renda per capita ou as de economia centralizada. Isso se deve ao fato de que nenhuma sociedade conseguiu estabelecer um sistema econômico em que não haja uma relativa escassez de bens e serviços não simplesmente básicos.

Nas sociedades desenvolvidas e nas de economia centralizada, logrou-se, contemporaneamente, superar a escassez de bens básicos. No entanto, ainda não se logrou superar a relativa escassez de bens e serviços que se situam num nível intermediário que, não correspondendo a bens de luxo ou de consumo caprichoso, requerem, para seu consumo, rendimentos superiores aos da média da população. Em tais sociedades, entretanto, o alto nível médio da produtividade e da riqueza permitiu assegurar, praticamente a toda população, um padrão de consumo que, nos países subdesenvolvidos, só é acessível aos estratos superiores ou médios. Portanto, a pobreza desses países não pode mais ser considerada como pobreza, em termos internacionais.

## **1.2 Linha de Pobreza e Linha de Indigência**

A linha de pobreza pode ser definida como o valor monetário de uma cesta de bens que corresponda às necessidades básicas de um indivíduo tais como alimentação, vestuário, moradia, transporte, etc. Portanto, a linha de pobreza é o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos os indivíduos que auferem rendimento abaixo de seu valor.

O salário mínimo, teoricamente, deveria ser um bom parâmetro para a linha de pobreza, já que a constituição de 1988, artigo 7, item 10, estabelece que o salário mínimo deve atender

as necessidades vitais básicas do assalariado e de sua família, com relação à saúde, alimentação, transporte, vestuário, lazer e previdência social. Contudo, o valor do salário mínimo não acompanhou o custo de vida no Brasil e o seu valor passou a ser insuficiente para satisfazer às necessidades básicas do indivíduo.

A linha de indigência corresponde à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico de um indivíduo. Nesse sentido, adotamos a cesta básica calculada pelo DIEESE (exposta no quadro 1), como linha de indigência. Como esta cesta básica é calculada para uma família de quatro pessoas, serão considerados indigentes todos os indivíduos que tiverem rendimento inferior a 0,25 do valor desta cesta.

**QUADRO 1 - Ração Essencial Mínima para o Estado do Ceará<sup>2</sup>**

Produtos	Quantidades
Carne	4,5 kg
Leite	6 l
Feijão	4,5 kg
Arroz	3,6 kg
Farinha de mandioca	3 kg
Tomate	12 kg
Pão	6 kg
Café	300 g
Banana	7,5 dz
Açúcar	3 kg
Óleo	900 ml
Manteiga	750 g

Fonte: DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico<sup>3</sup>

<sup>2</sup> As quantidades de alimentos consideradas na cesta básica correspondem a uma família de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto

<sup>3</sup> O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, do conjunto de gêneros essenciais, conforme definidos no Decreto Lei 399, de 30 de abril de 1938.

## 2. MENSURAÇÃO DA POBREZA

A mensuração da magnitude da pobreza e da indigência do Ceará, no período de 1992 a 1999<sup>4</sup>, será feita a partir dos dados das PNADs (Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílio) do IBGE. Essas pesquisas anuais permitem construir uma diversidade de indicadores sociais que retratam, entre outros, a evolução da estrutura da distribuição dos padrões de vida e da apropriação de renda dos indivíduos e das famílias brasileiras.

A definição dos valores das linhas de pobreza e de indigência será feita com base nos seus conceitos teóricos. Portanto, dada à definição de linha de indigência feita anteriormente, estabeleceremos que o seu valor será igual a 0,25 do valor da cesta básica calculada pelo DIEESE, já que o valor da cesta básica é calculado para uma família de quatro pessoas. A linha de pobreza foi considerada como sendo 0,25 salário mínimo (SM), pois supostamente o salário mínimo deveria ser suficiente para a aquisição de bens que garantissem a sobrevivência de uma família com um número médio de quatro pessoas. Pode-se justificar esse corte especialmente no caso da população rural, já que o valor nitidamente reduzido de um salário mínimo pode ser compensado, no campo, por rendas e produções alternativas que não são representadas por valores transacionais de mercado.

Assim, mesmo que os resultados derivados desses dois cortes possam ser considerados insuficientes para determinar as reais condições de vida da população como um todo, eles já fornecem uma primeira dimensão dos diferentes níveis de renda existentes no Ceará, sendo possível verificar como eles evoluíram de 1992 a 1999. Uma outra consideração metodológica importante é que se utilizou o rendimento pessoal em vez do rendimento familiar per capita, visto que além da mensuração da pobreza pretende-se classificá-la em três categorias: cor, gênero e escolaridade. Contudo, a adoção do rendimento pessoal acarreta um problema, já que muitas pessoas consideradas pobres com base no rendimento pessoal seriam consideradas relativamente ricas de acordo com o rendimento familiar per capita. Não obstante, a adoção desta variável é justificável, pois permite o mapeamento dos pobres, o que ajuda a descobrir se no Ceará há uma discriminação desfavorável das minorias.

---

<sup>4</sup> Exceto para o ano de 1994, pois a PNAD não foi calculada para este ano.

Para estabelecermos o valor da linha de pobreza calculamos a média aritmética do valor do salário mínimo dos doze meses de cada ano do período analisado ( Ver tabela 2 do anexo), após a definição da média, dividiu-se o seu valor por 0,25. O valor da linha de indigência foi calculado da mesma forma que o valor da linha de pobreza. Fez-se uma média aritmética dos valores da cesta básica dos doze meses de cada ano do período analisado ( Ver tabela 1 do anexo), após a definição da média, dividiu-se o valor por 0,25. Na tabela abaixo, encontram-se os valores das linhas de pobreza e indigência para o período analisado.

**TABELA 1 - Valores das linhas de Pobreza e Indigência para o Estado do Ceará – 1992 a 1999- Valores em R\$**

Anos	Valor da linha de Pobreza	Valor da linha de Indigência
1992	0,03	0,02
1993	0,59	0,44
1995	22,5	17,15
1996	27	18,05
1997	29,33	16,48
1998	31,67	21,13
1999	33,5	21,39

Fonte: DIEESE e Iplance

### 2.1 Mensuração da Pobreza no Estado do Ceará

Considerando o período analisado verifica-se que a proporção de pobres declinou de aproximadamente de 67,29% ,em 1992, para 47,53% ,em 1999. Ao compararmos o ano de 1993, um ano antes o plano real, e o ano de 1995, um ano após o plano real, verifica-se que a percentagem de pobres caiu em torno de 6%. Uma outra conclusão importante é que a partir do ano de 1996 a percentagem de pessoas pobres se manteve estável em torno de 47%. Já o percentual de indigentes caiu de 64,10%, em 1992, para 46,30%, em 1999, ou seja, entre o primeiro e o último ano da série analisada a percentagem de indigentes caiu aproximadamente 38%. A partir de 1996 a percentagem de indigentes, assim como a percentagem de pobres, ficou mais ou menos estável oscilando entre 45% e 46%.



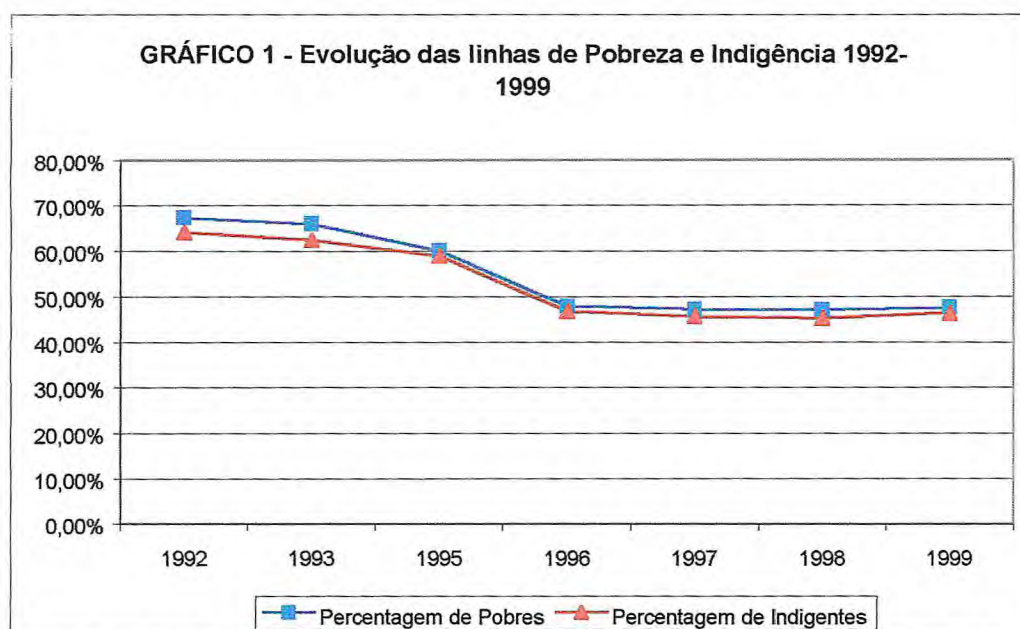
**TABELA 2 – Linhas de Pobreza e de Indigência para o Estado do Ceará, no período de 1992 a 1999**

Anos	População Total	Linha de Pobreza		Linha de Indigência	
		População Pobre	Percentagem de Pobres	População Indigente	Percentagem de Indigentes
1992	6.455.672	4.343.844	67,29%	4.138.220	64,10%
1993	6.506.808	4.289.045	65,92%	4.056.937	62,35%
1995	6.715.071	4.032.395	60,05%	3.952.791	58,86%
1996	5.177.111	2.479.361	47,89%	2.421.995	46,78%
1997	5.229.034	2.463.661	47,11%	2.387.280	45,65%
1998	5.321.729	2.502.800	47,03%	2.408.857	45,26%
1999	5.513.961	2.620.592	47,53%	2.552.838	46,30%

Fonte: PNADs dos anos mencionados, inclusive com rendimento zero

Os dados mostram uma redução da população total do Estado, que passa de 6.455.672 em 1992 para 5.513.961 em 1999. Nesse mesmo período, há uma redução da população pobre que passa de 4.343.844 para 2.620.592. Contudo, verifica-se que a redução no número de pobres foi superior à redução da população, visto que enquanto a redução da população total foi em torno dos 15% a redução do número de pobres foi de aproximadamente 40%. Portanto, percebemos que a pobreza decresceu tanto em termos percentuais como em número de habitantes, e que esta queda foi mais significativa a partir do ano de 1995, primeiro período após o plano real no qual foi realizado a PNAD. Contudo a partir de 1996 a pobreza manteve-se em um patamar estável, segundo ROCHA (2000), isso ocorreu devido ao esgotamento dos efeitos distributivos do plano real.

Essa queda abrupta da pobreza nos anos de 1995 a 1999 tem como uma das prováveis causas a estabilização monetária alcançada com o plano real. A taxa de inflação, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, foi de 5,014% nos doze meses que antecederam o plano real. Já em 1995, o primeiro ano após o plano, a inflação atingiu 22%, caiu para 9% em 1996, 4% em 1997 e 2,5% em 1998, voltando a subir para 8,4% em 1999, como efeito da desvalorização cambial, e novamente caiu para 5,3% em 2000.



Fonte: Dados originários da Tabela 2

O controle da inflação produziu acréscimo significativo na renda dos grupos mais pobres, pois a inflação é um imposto que recai principalmente sobre a renda destes indivíduos. Segundo ROCHA (2000), a renda real dos 10% mais pobres do Brasil simplesmente dobrou entre 1993 e 1995. Os dados do IBGE (Censo 2000) mostram que o rendimento médio do brasileiro se elevou 41,8% na década passada.

Esse aumento na renda dos 10% mais pobres pode ser explicado pela queda da inflação. A alta nos preços corrói o dinheiro das famílias, em particular daquelas que tem pouco ou nenhum instrumento de defesa. Os anos de instabilidade fizeram brotar um complexo sistema bancário que, com o passar do tempo, foi capaz de criar uma série de instrumentos que defendiam os correntistas da inflação. No entanto, boa parte da população brasileira nem sequer tinha (ou tem) acesso a contas bancárias, ficando, portanto, refém do processo inflacionário. A consequência disto é que a inflação acabou funcionando como o mais agressivo dos impostos, recaindo principalmente sobre os mais pobres.

Para tentarmos verificar empiricamente se a queda da inflação implicou na diminuição da pobreza, utilizamos o seguinte modelo de regressão linear:

$$LNPO_t = \alpha + \beta LNINPC_t + \varepsilon_T \quad (01)$$

onde  $LNPO_t$ ,  $LNINPC_t$  são, respectivamente, os logaritmos do número de pobres e do índice nacional de preços ao consumidor calculado pelo o IBGE. O termo  $\varepsilon_T$  é um ruído com média zero e variância constante. O coeficiente  $\beta$  representa a elasticidade do número de pobres em relação ao índice de preços.

**TABELA 3 – Resultados Regressão 1**

Resultado Regressão 1				
Variável Dependente: LN Número de Pobres				
Método: Mínimos Quadrados Ordinários				
Amostra: 1992-1999, exceto 1994				
Observações Incluídas: 7				
Variável	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística-t	Prob.
LNINPC	0.125067	0.027692	4.516405	0.0063
C	14.58127	0.098142	148.5732	0.0000
R2	0.803133	Média da Var. Depend.		14.95975
R2 Ajustado	0.763760	Desvio Padrão da Var. Depend		0.278065
Soma dos resíduos da regressão	0.135152	Critério de Inf. de Akaike		-0.929873
Soma dos Quadrados dos resíduos	0.091331	Critério de Schwarz		-0.945327
Prob do Log	5.254555	Estatística -F		20.39792
Estatística Durbin-Watson	2.916525	Prob(Estatística - F)		0.006304

Fonte: Resultados gerados pelo software Eviews a partir dos dados das PNADS e do IPEA

Estimando a equação (01) pelo método de Mínimos Quadrados conclui-se que, de acordo com a estatística "t-student", os coeficientes  $\alpha$  e  $\beta$  da regressão foram estatisticamente significantes ao nível de 5%. Além disso, o coeficiente  $\beta$  que mede a elasticidade do número de pobres em relação à taxa de inflação apresentou o sinal esperado, o que indica que o número de pobres varia na mesma direção da inflação. Ou seja, quanto menor a taxa de inflação menor número de pobres. O coeficiente de determinação mostra que 80,31% das variações ocorridas na variável número de pobres são explicadas pela inflação mostrando, assim, que o modelo ficou bem ajustado. Os resultados da estimação deste modelo se

encontram dispostos na tabela 3. Observa-se que uma queda de 1% no nível de preço produz uma queda no número de pobres de aproximadamente 0,1256%.

Um outro fator importante para a redução da pobreza, no período analisado, foi o aumento do salário mínimo real. Com a estabilização, as altas reais do salário mínimo puderam traduzir-se em maior poder de compra. A primeira alta de salário registrada no contexto de estabilização deu-se ainda durante o governo Itamar Franco, em setembro de 1994. O salário mínimo passou de 64 reais para 70 reais, elevação de 9,4%, quando a inflação mensal era em torno de 2%. O reajuste mais importante aconteceu em maio de 1995, quando mínimo saltou de 70 para 100 reais, alta de 42,86%, enquanto a inflação neste mês foi de 2%. Segundo NERI (2000), houve uma forte queda da pobreza exatamente nestes dois meses, em particular em maio de 1995. Para ele, depois da estabilização as mudanças no salário mínimo parecem ter um impacto maior sobre a pobreza.

Neste sentido, para se verificar empiricamente este fato, considera-se o seguinte modelo de regressão:

$$LNPO_t = \alpha + \beta LN \frac{W_t}{P_t} + \varepsilon_T \quad (02)$$

onde  $LN \frac{W_t}{P_t}$  é o logaritmo do salário mínimo real.

A tabela 4 mostra os resultados estimados por Mínimos Quadrados Ordinário da equação 2. O coeficiente  $\beta$  que mede a elasticidade da pobreza à variação no salário mínimo revelou-se estatisticamente significativo ao nível de 5%. Observa-se também que um aumento de 1% do salário mínimo diminuiria o número de pobres em 3% o que comprova empiricamente que um aumento do salário mínimo real diminui a pobreza. O coeficiente de determinação mostra que o ajuste foi razoável pois, 67,48% das variações no número de pobres são explicadas pelo salário mínimo.

Na realidade, se deveria empregar um modelo de regressão múltipla com as variáveis índice de preço e salário mínimo real como variáveis explicativas. No entanto, utilizou-se duas regressões lineares simples, isoladamente para captar o efeito das mudanças no salário

mínimo real e na inflação sobre a pobreza, ao invés de uma regressão, múltipla devido ao pequeno tamanho da amostra.

**TABELA 4 – Resultado Regressão 2**

<b>Resultado Regressão 2</b>				
Variável Dependente: LN num de pobres				
Método: Mínimos Quadrados Ordinários				
Amostra: 1992-1999, exceto 1994				
Observações Incluídas: 7				
<b>Variável</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Estatística-t</b>	<b>Prob.</b>
$LN \frac{W}{P}$	-3.003686	0.932562	-3.220896	0.0234
C	30.09248	4.698759	6.404347	0.0014
R2	0.674779	Média da var. Depend.		14.95975
R2 Ajustado	0.609735	Desvio Padrão da Var. Depend		0.278065
Soma dos resíduos da regressão	0.173711	Critério de Inf. De Akaike		-0.427894
Soma dos Quadrados dos resíduos	0.150877	Critério de Schwarz		-0.443349
Prob do Log	3.497630	Estatística -F		10.37417
Estatística Durbin-Watson	1.801766	Prob(Estatística - F)		0.023442

Fonte: Resultados gerados pelo software Eviews a partir dos dados das PNADS e do IPEA

### 3. CLASSIFICAÇÃO DA POBREZA POR ESCOLARIDADE, COR E GÊNERO

Este capítulo pretende mostrar como a pobreza no Ceará está distribuída levando-se em consideração escolaridade, cor e gênero. Essa classificação foi feita tanto para a zona urbana como para a zona rural.

#### 3.1 Pobreza por Escolaridade

A tabela 5 mostra que aproximadamente 63% da população pobre cearense vivia na zona urbana em 1999, observa-se também que somando as percentagens de pobres na zona urbana e rural aproximadamente 62% dos pobres estudaram entre 0 e 4 anos, enquanto 26,5% estudaram entre 5 e 8 anos. Constata-se também que somente 10,98% dos pobres estudaram mais de 9 anos.

**TABELA 5 – Classificação da Pobreza, nas Zonas Urbana e Rural, por Anos de Estudo para o Ano de 1999.**

Anos de Estudo	Zona Urbana	Zona Rural	Total
0  ---  4	32,86%	29,35%	62,21%
5  ---  8	20,17%	6,31%	26,48%
9  ---  15	9,72%	1,26%	10,98%
Não determinados	0,44%	0,047%	0,48%

Fonte: PNADs do ano mencionado, inclusive com rendimento zero

O fato de a maior parte dos pobres ter um baixo nível de escolaridade, medida pelos anos de estudo, pode representar uma relação de causalidade positiva entre falta de educação e pobreza, já que a educação tem o impacto de perpetuação do nível de pobreza, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos gerando de tal forma um ciclo vicioso de perpetuação da pobreza entre gerações. Isso pode ser comprovado no Quadro 2, no qual observamos que quanto maior o nível educacional do pai, maior será também a escolaridade média do filho. Daí a importância de investir em educação como forma de reduzir a pobreza.

QUADRO 2 – Progresso pela Educação

Nível educacional do pai	Quantos anos os filhos estudam em média
Nunca freqüentou a escola	3
Elementar incompleto	6
Elementar completo	8
1º grau incompleto	9
1º grau completo	11
2º grau incompleto	11
2º grau completo	12
Superior incompleto	12
Superior completo	13
Mestrado ou doutorado	14

Fonte: Sociólogo José Pastore, citado por Veja (nº 1735, 2002, p.88)

Os dados do Quadro 2 fazem parte de uma pesquisa recentemente publicada na revista *Veja* (nº1735, 2002, p. 88). Esta pesquisa mostra que se o pai não estudou o filho fica, em média, três anos na escola. Mas, se o pai tiver cursado o ciclo elementar, ainda que sem completá-lo, o tempo de permanência do filho na escola dobra. No limite, filhos de quem fez o doutorado estudam durante catorze anos.

### 3.2 Pobreza por Cor

A tabela 6 mostra a classificação dos pobres por cor nas zonas urbanas e rural, no período de 1992 a 1999. Assim somando-se as percentagens de pobres nas zonas urbana e rural, os indivíduos brancos representavam, em 1992, aproximadamente, 30% do total de pobres, enquanto que os de cor parda representavam 65%. O restante da população pobre está enquadrado nas cores preta, indígena e amarela. A predominância da cor parda entre os pobres ocorre tanto na zona urbana como na zona rural, sendo que a zona urbana abriga aproximadamente 36% dos pobres pardos e a zona rural 29% .

**TABELA 6– Classificação da População Pobre segundo a cor nas Zonas Urbana e Rural, no Período de 1992 a 1999**

COR						
Zona Urbana	Indígena	Branca	Preta	Parda	Amarela	Ignorada
1992	0	19,32%	2,07%	36,32%	0,03%	0
1993	0,01%	18,10%	1,53%	39,56%	0,13%	0
1995	0,05%	19,53%	0,98%	40,03%	0,07%	0
1996	0,05%	18,75%	1,49%	40,30%	0,02%	0
1997	0,09%	18,26%	0,50%	44,19%	1,80%	0,02%
1998	0,01%	19,78%	0,85%	43,97%	0,04%	0,04%
1999	0,01%	19,13%	0,66%	43,35%	0,04%	0
Zona Rural	Indígena	Branca	Preta	Parda	Amarela	Ignorada
1992	0,01%	10,50%	2,18%	29,46%	0,08%	0,01%
1993	0	11,50%	1,44%	27,61%	0,12%	0
1995	0,03%	11,19%	0,37%	27,77%	0,01%	0
1996	0,09%	10,13%	0,372	28,79%	0	0,03%
1997	0,15%	7,80%	0,66%	28,19%	0,082%	
1998	0	8,74%	0,22%	26,35%	0	0
1999	0	0,01%	0,12%	25,76%	0,019%	0

Fonte: PNADs dos anos mencionados, inclusive com rendimento zero

Em 1999, há a manutenção do quadro de 1992, com a predominância da cor parda entre os pobres, sendo que aumenta a percentagem de indivíduos pobres desta cor nas zonas urbana e rural, por outro lado diminui, a percentagem de brancos pobres. Nesse ano, os pardos representavam 72% dos pobres .

### 3.3 Pobreza por Gênero

A tabela 7 mostra que o maior número de pobres encontra-se na população feminina, sendo que este é ainda superior na zona urbana. A percentagem da população pobre feminina,



na zona urbana, aumentou em média 5% entre os anos de 1992 e 1999. Já a população pobre masculina, na zona urbana, manteve-se em patamar estável. Observa-se também que, na zona rural, a percentagem de pobres declinou tanto para o sexo feminino como para o sexo masculino.

**TABELA 7 – Classificação da Pobreza por Gênero nas Zonas Urbana e Rural, no Período de 1992 a 1999**

Anos	Zona Urbana		Zona Rural	
	Sexo		Sexo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1992	23,28%	34,47%	17,88%	24,37%
1993	24,15%	35,17%	18,14%	22,53%
1995	24,84%	35,81%	16,43%	22,91%
1996	21,60%	39,01%	15,58%	24,60%
1997	22,91%	40,21%	13,84%	23,03%
1998	23,43%	41,26%	13,09%	22,21%
1999	23,26%	39,92%	13,35%	22%

Fonte: PNADs dos anos mencionados, inclusive com rendimento zero

O fato de o maior número de pobres encontrar-se na população feminina pode ser explicado por duas razões. A primeira delas é que existe uma discrepância entre a participação da mulher na composição populacional brasileira e sua participação na população economicamente ativa (PEA). Segundo JAGUARIBE (1986) a PEA discrimina desfavoravelmente o contingente feminino, na proporção mínima de dois homens para cada mulher. Além disso, existe um grande número de mulheres que não fazem parte da população economicamente ativa, e que desempenham tarefas domésticas não-remuneradas.

A outra razão é que a alocação da força de trabalho feminina ainda se faz maioritariamente em ramos de prestação de serviços e atividades sociais, que são atividades nas quais se exigem baixa qualificação e, por conseguinte, oferecem baixa remuneração. Por outro lado, observa-se uma mudança neste panorama, pois a mulher cada vez mais está

competindo em condições de igualdade com o homem, assim como aumentou o número de mulheres em posição de chefia. Contudo, ainda existe uma discriminação com relação ao rendimento, isto é, mulheres que ocupam mesmos cargos que homens recebem uma remuneração menor.

Segundo HENRIQUES et al (2000, p. 253), "os homens recebem em média 40% a mais que a mulheres, sendo que a maior parte deste diferencial é devida à discriminação (salarial ou alocativa) e não a diferenças em produtividade". Nos últimos 20 anos têm diminuído o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil. HENRIQUES et al (2000, p. 255) mostra a partir dos dados das PNADs que em 1977 os homens ganhavam aproximadamente 70% a mais do que as mulheres e em 1997 esse diferencial havia caído para algo em torno de 25%.

#### 4. DETERMINANTES DA POBREZA

Segundo BARROS et al (2001) a pobreza na dimensão de insuficiência de renda responde a dois determinantes: escassez de recursos e má distribuição dos recursos existentes. Neste capítulo investigar-se-á qual destes determinantes tem um maior na explicação da pobreza do Estado do Ceará.

##### 4.1 Escassez de Recursos

A importância da escassez de recursos na determinação da pobreza será analisada através das relações PIB per capita/linha de indigência e PIB per capita/linha de pobreza. Na medida que essas relações apresentam um quociente maior que um 1, podemos então associar a pobreza e a indigência a má distribuição de recursos. As estimativas da evolução das relações PIB per capita/linha de pobreza e PIB per capita/linha de indigência encontram-se expostos na tabela abaixo.

**TABELA 8 – Evolução do PIB em múltiplos das linhas de indigência e de pobreza**

Anos	PIB per capita em múltiplos da linha de pobreza	PIB per capita em múltiplos da linha de indigência
1992	38,40	74,18
1993	44,97	76,72
1995	74,22	120,02
1996	79,43	133,33
1997	82,17	151,60
1998	80,06	130,49
1999	77,38	130,12

Fonte: Construído com base nos dados do IBGE

As estimativas presentes na tabela 8 revelam que, em 1992, o PIB per capita do Ceará representava 38,4 vezes o valor da linha de pobreza. Já, em 1999, o PIB per capita do Ceará

passa a representar 77,38 vezes o valor da linha de pobreza, o que mostra que os recursos disponíveis per capita no Ceará aumentaram mais que 100% entre 1992 e 1999. Constata-se também que, em 1992, o PIB per capita representava 74,18 vezes o valor da linha de indigência e que, em 1999, o PIB per capita passa a ser igual a 130,12 vezes o valor da linha de indigência. Portanto, tendo em vista que o PIB per capita do Ceará é bem superior ao valor definido como linha de pobreza, podemos associar a pobreza à péssima distribuição no rendimento.

Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas, em seu estudo Mapa do Fim da Fome calcula a percentagem de indigentes e o montante de recursos mínimos para erradicar a miséria em vários Estados brasileiros, inclusive para o Ceará. Os resultados para o Ceará estão expostos na tabela 9.

**TABELA 9 – O Custo para Erradicar a Miséria por Mesorregião 1996 - 1999**

Mesorregiões	Proporção de Indigentes	Transferências Mínimas para Erradicar a Miséria			
		R\$ pessoa	R\$ Total mês	% renda	R\$ total ano
Total do Estado	55,73%	22,08	163.758.434,40	16,3	1.965.101.212,74
Centro-Sul	67,39%	28,51	10.183.085,42	33,5	122.197.025,03
Jaguaribe	67,95%	25,70	12.439.328,97	35,3	149.271.947,61
Metropolitana de Fortaleza	37,39%	12,32	35.971.750,93	5,8	431.661.011,16
Noroeste	69,74%	31,04	36.562.614,43	36,8	438.751.373,18
Norte	71,41%	29,72	26.019.914,02	42,1	312.238.968,19
Sertões	66,89%	29,42	23.927.753,29	37,4	287.133.039,48
Sul	55,20%	20,20	15.930.575,58	14,6	191.166.907,01

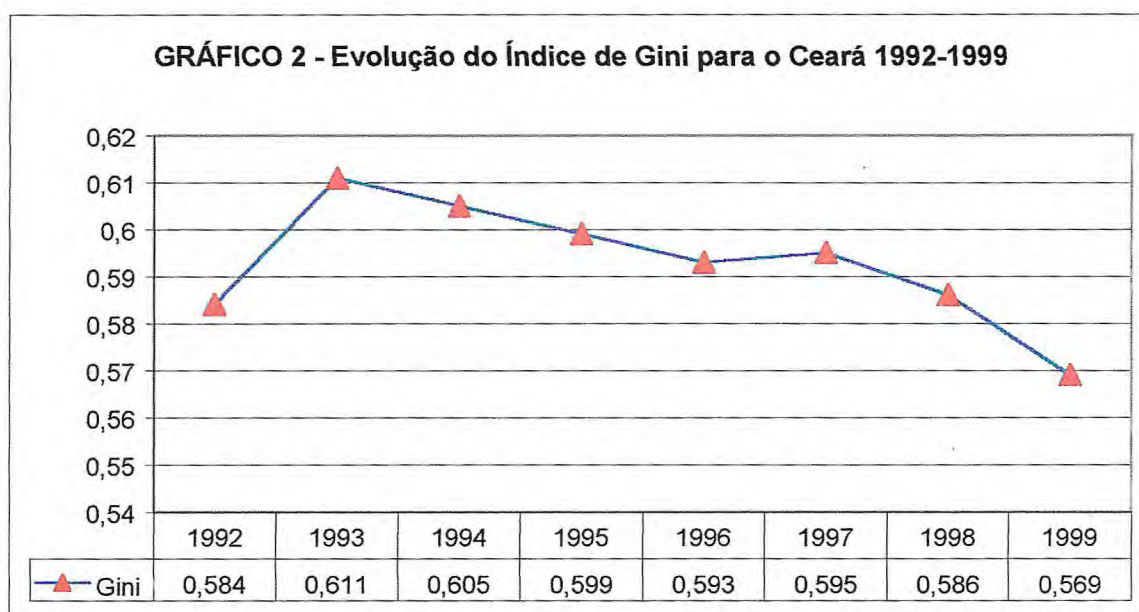
Fonte: CPS/FGV a partir dos Microdados PNAD-IBGE

Neste trabalho, Marcelo Neri, divide o Ceará em mesorregiões e calcula para cada uma delas a percentagem de indigentes e o quanto cada indivíduo teria que doar para acabar com a miséria em sua mesorregião. A tabela 9 nos mostra que seriam necessários R\$ 22,08 reais por pessoa ou o equivalente a 16,3% da renda para acabar com a miséria no Ceará. Apesar desse exercício hipotético ser impossível de realizar-se na prática, ele é muito útil para mostrar-nos

que os recursos existentes no Ceará são mais que suficientes para erradicar a miséria do Estado.

#### 4.2 Desigualdade de renda

Nesta seção pretendemos mostrar que a má distribuição de renda é a principal responsável pela pobreza no Estado. Para tanto, analisaremos a evolução do índice de GINI<sup>5</sup> e a evolução da apropriação da renda por quintis, no período de 1992 a 1999.



Fonte: Construído a partir de BENEVIDES (2002)

O gráfico 2, mostra que a partir de 1993 a desigualdade no Ceará começa a declinar, sendo que no ano de 1997 o índice de GINI apresenta uma pequena elevação, contudo em 1998 e 1999 a desigualdade volta a apresentar uma tendência decrescente. Apesar do índice de GINI apresentar uma tendência decrescente, o seu valor está sempre próximo de 0,59, o que indica a grande desigualdade de renda existente no Ceará.

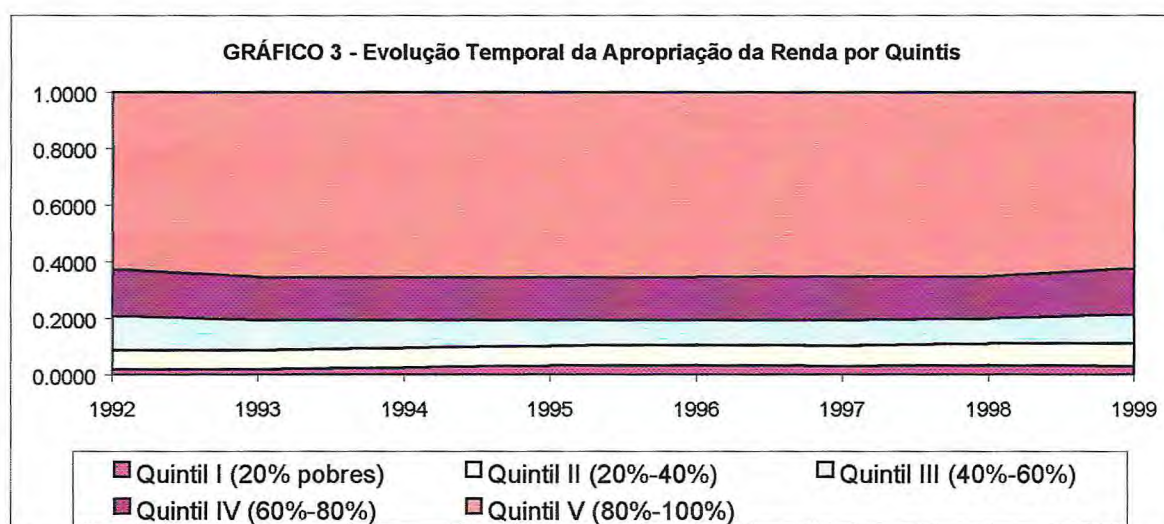
<sup>5</sup> Índice desenvolvido por Conrado GINI para medir a concentração de renda. Este índice varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior a concentração de renda e quanto mais próximo de 0 menor a concentração.

Uma outra maneira de analisarmos a desigualdade é verificarmos como a renda está sendo apropriada pelos indivíduos. A tabela 10 mostra que, em 1992, os 20% mais pobres se apropriavam de 2,19% da renda e, em 1999, essa percentagem passa a ser de 3,04%, o que mostra um aumento de 38,81% no percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres. Apesar da renda apropriada pelos 20% mais pobres ter aumentado, os pobres continuam a auferir uma parcela ínfima do PIB do Estado.

**TABELA 10 - Evolução Temporal da Apropriação da Renda por Quintis**

Anos	Quintil I	Quintil II	Quintil III	Quintil IV	Quintil V
	(20% pobres)	(20%-40%)	(40%-60%)	(60%-80%)	(80%-100%)
1992	2,19	6,44	12,24	16,41	62,72
1993	2,01	6,62	10,60	15,41	65,35
1994	2,57	6,85	9,82	15,22	65,53
1995	3,15	7,08	9,04	15,03	65,70
1996	3,40	7,35	8,63	15,30	65,32
1997	3,01	7,32	8,83	15,50	65,34
1998	3,54	7,56	8,84	14,95	65,11
1999	3,04	8,12	10,31	16,15	62,39

Fonte: Construído a partir de BENEVIDES (2002)



Fonte: Dados originários da tabela 10

Por outro lado, em 1992, os 20% mais ricos se apropriavam de 62,72% da renda e, em 1999, essa percentagem era de 62,39%. Isso mostra que entre o primeiro e o último ano da

série analisada, praticamente não variou o percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos, havendo apenas uma pequena redução de 0,53% no percentual da renda apropriada por estes indivíduos. Observa-se também que, em 1999, os 40% mais pobres se apropriavam de 11,16% da renda enquanto os 40% mais ricos se apropriavam de 78,54%.

A análise desses indicadores mostra a terrível desigualdade existente no Ceará, portanto, vemos que para reduzir a pobreza é imprescindível uma distribuição equitativa dos recursos.

## CONCLUSÃO

Os dados das PNADs, durante o período de 1992 a 1999, mostraram que há uma tendência decrescente do número de pobres e indigentes no estado do Ceará. Além do mais, observa-se uma acentuada queda deste número entre os anos de 1993 e 1996. A significativa queda da pobreza e indigência nesse período é explicada pela adoção do Plano Real, que permitiu a queda da inflação e com isso o aumento do salário mínimo em termos reais. Esses efeitos benéficos do Plano Real foram empiricamente comprovados quando se mostra econometricamente que tanto a queda na inflação como o aumento do salário mínimo real influencia na redução da pobreza. Contudo, a partir de 1996 a pobreza se estabiliza, o que parece indicar o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real.

A distribuição da pobreza por escolaridade, cor e gênero mostrou que a maior parte dos pobres do Ceará apresenta baixa escolaridade, são pardos e do sexo feminino tanto para a zona urbana como para zona rural. Com base no ano de 1999, observa-se que somando as percentagens de pobres na zona urbana e rural aproximadamente 62% dos pobres estudaram entre 0 e 4 anos, enquanto 26,5% estudaram entre 5 e 8 anos. Constata-se também que 83% dos pobres estudaram menos de 8 anos, ou seja, mais de 80% das pessoas pobres não concluíram o 2º grau. Nesse sentido, parece haver uma intensa relação de causalidade inversa entre pobreza e educação.

Em relação à cor verifica-se a predominância das cores branca e parda entre os pobres. Durante o período analisado houve uma tendência decrescente da presença dos brancos entre os pobres na zona rural, enquanto que na zona urbana a percentagens de pobres brancos manteve-se praticamente inalterada. Na zona urbana, a percentagem de pobres pardos apresenta uma tendência crescente, enquanto que na zona rural essa tendência é decrescente. A cor negra apresenta uma forte tendência decrescente entre os pobres que ocorre tanto na zona urbana como na zona rural.

Verificou-se que a maior parte dos pobres é do sexo feminino. Na zona urbana, a percentagem de pobres do sexo feminino, apresentou tendência crescente, enquanto que na



zona rural essa tendência foi decrescente. Já a percentagem de pobres do sexo masculino, na zona urbana, manteve-se em patamar estável e, na zona rural, essa percentagem declinou.

A análise das causas da pobreza indicou que a má distribuição de recursos tem um peso maior na determinação da pobreza do que a escassez de recursos. Vê-se através das relações PIB per capita/linha de indigência e PIB per capita/linha de pobreza que a renda per capita do Ceará é bem superior aos valores definidos para as linhas de pobreza e indigência. Neste sentido, pode-se associar a persistência da pobreza à péssima distribuição da renda que é reforçada quando se analisa a trajetória do coeficiente de GINI e a apropriação da renda por quintis.

A análise dos indicadores de desigualdade mostrou a grande concentração de renda existente no Ceará. O índice de GINI, durante o período de 1992 a 1999, ficou em torno de 0,59, com uma pequena tendência decrescente a partir de 1993. Além disso, vimos que a renda gerada no Estado está sendo apropriada nas mãos de poucos, o que evidencia mais uma vez a alta concentração de renda existente no Ceará.

De acordo com a definição de pobreza feita neste trabalho, concluímos que a pobreza no Ceará deve-se, principalmente, a má distribuição dos recursos, já que a análise de diversos indicadores mostrou que se houvesse uma distribuição mais eqüitativa dos recursos seria possível reduzir a pobreza que aflige grande parte da população cearense.

**BIBLIOGRAFIA**

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre**. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zoar Editor, 1986.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, 24 p. (Texto para Discussão, 800).

BENEVIDES, Alessandra de Araújo. **Os efeitos da Abertura Econômica sobre as Desigualdades de Renda Pessoal no Estados Brasileiros: de 1986 a 1999**. 2002. 76p. (Dissertação de Mestrado). Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste.

CUNHA, Francisco Freitas. **Pobreza e desenvolvimento no Estado do Ceará**. 1999, 56p. Monografia (Bacharelado de Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, Universidade Federal do Ceará.

HENRIQUES, Ricardo et al. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

JAGUARIBE, Hélio et al. **Brasil, 2000**. 3a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

KNIGHT, Peter; MORAN, Ricardo. **Brasil – Pobreza e Necessidades Básicas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

LAHOZ, André. **Renda e Consumo na Era FHC**. Revista Veja, n1751.p 114-119, maio, 2002.

MATA, Milton da. **Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**. São Paulo: Atlas, 1997.

MENDONÇA, Ricardo. **O Paradoxo da Miséria**. Revista Veja, n 1735, p. 82-93, jan., 2002.

NERI, Marcelo et al. **Efeitos do Salário Mínimo e Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2000, 62p (Texto para Discussão)

\_\_\_\_\_, Marcelo. **Mapa do fim da fome no Brasil**. Disponível em: <[http://www.rebidia.org/novida/ FGV\\_\\_MFOME](http://www.rebidia.org/novida/ FGV__MFOME)> Acesso em: 15/03/2002.

PEREIRA, Elvira Sofia. **Implicações da evolução do conceito de pobreza: uma reflexão**. Disponível em: <<http://www.pascal.iseg.utl.pt>> Acesso em: 10/03/2002.

QUESADO, Charo. **Amartya Sen y las mil Facetas de la Pobreza**. Disponível em: <[www.iadb.org](http://www.iadb.org)> Acesso: Em 01/08/02

ROCHA, Sônia. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 26p (Texto para Discussão, 721)

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 6a edição. São Paulo: Editora Best Seller, 2001.

SINGER, Paul. **Repartição de renda: Pobres e Ricos sob o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

TARELHO, Silvana. **58% vivem abaixo da linha de pobreza no Ceará**. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.globo.com/2001/08>> Acesso em: 01/04/2002.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

# ANEXOS

TABELA 1: Cesta Básica do Ceará 1992-2002

MÊS\ANO	CESTA BÁSICA Moeda Corrente	CESTA BÁSICA Variação Mensal
JAN\92	52,982.76	23.59%
FEV	69,071.39	30.37%
MAR	82,729.80	19.77%
ABR	99,656.37	20.46%
MAI	117,737.71	18.14%
JUN	140,770.93	19.56%
JUL\92	200,680.15	42.56%
AGO	228,493.62	13.86%
SET	<b>270,283.26</b>	<b>18.29%</b>
OUT	323,206.13	19.58%
NOV	404,082.15	25.02%
DEZ	559,853.72	38.55%
JAN\93	717,776.51	28.21%
FEV	917,872.70	27.88%
MAR	1,155,391.51	25.88%
ABR	1,508,781.75	30.59%
MAI	1,997,338.31	32.38%
JUN	2,679,283.91	34.14%
JUL\93	3,245,832.18	21.15%
AGO	4,318.17	33.04%
SET	<b>5,630.37</b>	<b>30.39%</b>
OUT	7,715.34	37.03%
NOV	11,626.74	50.70%
DEZ	16,144.68	38.86%
JAN\94	22,528.99	39.54%
FEV	35,123.54	55.90%
MAR	47,640.35	35.64%
ABR	67,817.51	42.46%
MAI	94,998.42	39.98%
JUN	141,782.83	49.25%
JUL\94	60.55	17.44%
AGO	58.70	-3.06%
SET	55.25	-5.88%
OUT	61.62	11.53%
NOV	67.15	8.97%
DEZ	63.91	-4.83%
JAN\95	63.57	-0.53%
FEV	61.83	-2.74%
MAR	72.25	16.85%
ABR	78.66	8.87%
MAI	78.90	0.31%
JUN	73.55	-6.78%
JUL\95	67.69	-7.97%
AGO	63.31	-6.47%
SET	<b>61.84</b>	<b>-2.32%</b>
OUT	62.22	0.61%
NOV	66.62	7.07%
DEZ	72.73	9.17%

MÊS\ANO	CESTA BÁSICA Moeda Corrente	CESTA BÁSICA Variação Mensal
JAN\96	77.50	6.56%
FEV	70.83	-8.61%
MAR	68.58	-3.18%
ABR	69.97	2.03%
MAI	77.82	11.22%
JUN	80.54	3.50%
JUL\96	74.95	-6.94%
AGO	69.11	-7.79%
SET	<b>66.73</b>	<b>-3.44%</b>
OUT	71.51	7.16%
NOV	69.86	-2.31%
DEZ	68.94	-1.32%
JAN\97	70.79	2.68%
FEV	71.65	1.21%
MAR	74.26	3.64%
ABR	80.09	7.85%
MAI	74.80	-6.61%
JUN	71.71	-4.13%
JUL	68.70	-4.20%
AGO	65.44	-4.75%
SET	<b>65.05</b>	<b>-0.60%</b>
OUT	68.97	6.03%
NOV	71.21	3.25%
DEZ	73.46	3.16%
JAN\98	73.79	0.45%
FEV	77.59	5.15%
MAR	84.29	8.64%
ABR	88.58	5.09%
MAI	94.33	6.49%
JUN	94.93	0.64%
JUL	87.08	-8.27
AGO	83.05	-4.63
SET	<b>79.76</b>	<b>-3.96</b>
OUT	82.64	3.61
NOV	84.00	1.65
DEZ	84.06	0.07
JAN\99	87.84	4.50
FEV	90.71	3.27
MAR	87.66	-3.36
ABR	85.30	-2.69
MAI	86.71	1.65
JUN	87.53	0.95
JUL	85.65	-2.15
AGO	83.98	-1.95
SET	<b>80.87</b>	<b>-3.70</b>
OUT	81.65	0.96
NOV	83.49	2.25
DEZ	85.24	2.10

MÊS\ANO	CESTA BÁSICA Moeda Corrente	CESTA BÁSICA Variação Mensal
JAN\00	92.07	8.01
FEV	92.76	0.75
MAR	94.25	1.61
ABR	91.79	-2.61
MAI	81.79	-10.89
JUN	80.33	-1.79
JUL	80.02	-0.39
AGO	86.17	7.69
SET	92.94	7.86
OUT	94.27	1.43
NOV	93.41	-0.91
DEZ	91.02	-2.56
JAN\01	92.33	1.44
FEV	91.82	-0.55
MAR	93.24	1.55
ABR	96.50	3.50
MAI	102.47	6.19
JUN	101.49	-0.96
JUL	99.71	-1.75
AGO	97.66	-2.06
SET	94.57	-3.16
OUT	95.80	1.30
NOV	98.21	2.52
DEZ	99.19	1.00
JAN\2002	104.34	5.19
FEV	104.74	0.38
MAR	107.70	2.83
ABR	104.31	-3.15
MAI	104.12	-0.18

Fonte: DIEESE-Escritório Regional do Ceará

**TABELA 2: Salário Mínimo 1992-1999**

Período	Salário - Mínimo (R\$)	Salário- Mínimo (Moeda da Época)	Moeda
1992 01	3.49E-02	96,037.33	Cr\$
1992 02	3.49E-02	96,037.33	Cr\$
1992 03	3.49E-02	96,037.33	Cr\$
1992 04	3.49E-02	96,037.33	Cr\$
1992 05	8.36E-02	230,000	Cr\$
1992 06	8.36E-02	230,000	Cr\$
1992 07	8.36E-02	230,000	Cr\$
1992 08	8.36E-02	230,000	Cr\$
1992 09	0.19	522,186.94	Cr\$
1992 10	0.19	522,186.94	Cr\$
1992 11	0.19	522,186.94	Cr\$
1992 12	0.19	522,186.94	Cr\$
1993 01	0.45	1,250,700	Cr\$
1993 02	0.45	1,250,700	Cr\$
1993 03	0.62	1,709,400	Cr\$
1993 04	0.62	1,709,400	Cr\$
1993 05	1.2	3,303,300	Cr\$
1993 06	1.2	3,303,300	Cr\$
1993 07	1.69	4,639,800	Cr\$
1993 08	2.01	5,534	CR\$
1993 09	3.49	9,606	CR\$
1993 10	4.37	12,024	CR\$
1993 11	5.46	15,021	CR\$
1993 12	6.82	18,760	CR\$
1994 01	11.96	32,882	CR\$
1994 02	15.57	42,829	CR\$
1994 03	21.09	57,988.99	CR\$
1994 04	30.69	84,398.69	CR\$
1994 05	44.19	121,534.37	CR\$
1994 06	63.56	174,833.22	CR\$
1994 07	64.79	64.79	R\$
1994 08	64.79	64.79	R\$
1994 09	70	70	R\$
1994 10	70	70	R\$
1994 11	70	70	R\$
1994 12	70	70	R\$
1995 01	70	70	R\$
1995 02	70	70	R\$
1995 03	70	70	R\$
1995 04	70	70	R\$
1995 05	100	100	R\$
1995 06	100	100	R\$
1995 07	100	100	R\$
1995 08	100	100	R\$
1995 09	100	100	R\$
1995 10	100	100	R\$
1995 11	100	100	R\$

Fonte: Iplance

Período	Salário - Mínimo (R\$)	Salário- Mínimo (Moeda da Época)	Moeda
1996 01	100	100	R\$
1996 02	100	100	R\$
1996 03	100	100	R\$
1996 04	100	100	R\$
1996 05	112	112	R\$
1996 06	112	112	R\$
1996 07	112	112	R\$
1996 08	112	112	R\$
1996 09	112	112	R\$
1996 10	112	112	R\$
1996 11	112	112	R\$
1996 12	112	112	R\$
1997 01	112	112	R\$
1997 02	112	112	R\$
1997 03	112	112	R\$
1997 04	112	112	R\$
1997 05	120	120	R\$
1997 06	120	120	R\$
1997 07	120	120	R\$
1997 08	120	120	R\$
1997 09	120	120	R\$
1997 10	120	120	R\$
1997 11	120	120	R\$
1997 12	120	120	R\$
1998 01	120	120	R\$
1998 02	120	120	R\$
1998 03	120	120	R\$
1998 04	120	120	R\$
1998 05	130	130	R\$
1998 06	130	130	R\$
1998 07	130	130	R\$
1998 08	130	130	R\$
1998 09	130	130	R\$
1998 10	130	130	R\$
1998 11	130	130	R\$
1998 12	130	130	R\$
1999 01	130	130	R\$
1999 02	130	130	R\$
1999 03	130	130	R\$
1999 04	130	130	R\$
1999 05	136	136	R\$
1999 06	136	136	R\$
1999 07	136	136	R\$
1999 08	136	136	R\$
1999 09	136	136	R\$
1999 10	136	136	R\$
1999 11	136	136	R\$

**TABELA 3 - PIB Per Capita - Ceará**  
**Em moeda corrente da época - 1992-2000**

Período	PIB per capita
1992	5012437.72
1993	107,996.49
1994	991.57
1995	1,855.51
1996	2,224
1997	2,465
1998	2,602
1999	2,631
2000	2,950

**Fonte: Iplance**